

UM ESTUDO DE VARIÁVEIS ELEITORAIS: DISPUTAS E INFLUÊNCIAS TERRITORIAIS ENTRE 2002 E 2014 NO ESTADO DO TOCANTINS

A study of electoral variables: disputes and territorial influences between 2002 and 2014 in the state of Tocantins

Witer Fonseca Naves
Universidade Federal de Goiás

RESUMO

O trabalho apresenta uma análise comparativa dos processos eleitorais ocorridos entre 2002 e 2014 no Estado do Tocantins, a partir da variável de senioridade eleitoral, entendida como o número de mandatos exercidos pelos deputados estaduais eleitos. Demonstra-se que essa variável constitui elemento central para a compreensão dos padrões de votação e da formação de redutos eleitorais, na medida em que, à medida que o parlamentar acumula mandatos, tende a ampliar progressivamente suas bases de votação. Tal ampliação ocorre em função da captação de votos em territórios distintos daquele que originou seu primeiro reduto eleitoral, evidenciando estratégias territoriais de reprodução do mandato.

Palavras-chave: Geografia Eleitoral, Senioridade eleitoral, disputas e influências territoriais.

ABSTRACT

The study presents a comparative analysis of the electoral processes that took place between 2002 and 2014 in the state of Tocantins, based on the variable of electoral seniority, understood as the number of terms served by elected state deputies. It demonstrates that this variable constitutes a central element for understanding voting patterns and the formation of electoral strongholds, insofar as, as legislators accumulate terms, they tend to progressively expand their voting bases. This expansion occurs through the capture of votes in territories different from those that gave rise to their initial electoral stronghold, thus revealing territorial strategies for the reproduction of the mandate.

Keywords: Electoral Geography; Electoral seniority; territorial disputes and influences.

INTRODUÇÃO

O trabalho ora desenvolvido emerge do interesse em desvendar as influências e disputas territoriais que se estruturam no interior das organizações do Estado, com especial atenção ao poder legislativo, espaço no qual os parlamentares constroem, consolidam e disputam seus redutos eleitorais. Parte-se do entendimento de que a dinâmica eleitoral não se limita ao momento formal do pleito, mas se desdobra em práticas contínuas de territorialização do poder político, nas quais o voto se converte em expressão espacial de relações assimétricas entre representantes, eleitores e instituições.

Sob essa perspectiva, a Geografia do Voto permite compreender como os processos eleitorais se materializam territorialmente, revelando que o poder político não se distribui de forma homogênea no espaço, mas se ancora em estratégias seletivas de influência, presença e controle. Conforme assinala Raffestin (1995), o poder se exerce por meio de trunfos, e é justamente na decifração desses trunfos que se consolidam os territórios políticos, produzidos e reproduzidos pelas disputas eleitorais. Assim, os redutos eleitorais não são apenas recortes administrativos ou estatísticos, mas territorialidades politicamente construídas, dotadas de sentido, permanência e funcionalidade para a reprodução do mandato.

A problematização central deste estudo se ancora na análise das disputas e influências territoriais a partir do perfil dos parlamentares eleitos nas legislaturas compreendidas entre 2002 e 2014. Parte-se da premissa de que o poder político se materializa no território e que essa materialização ocorre por meio de práticas estratégicas que visam, em última instância, à conquista e à manutenção do principal trunfo do parlamentar: a eleição e a reeleição. Ao analisar os padrões espaciais de votação e os comportamentos parlamentares associados a esses padrões, busca-se delinear o aparato de poder que sustenta a construção dos redutos eleitorais no contexto tocantinense.

Nesse sentido, a justificativa do objeto de estudo se fortalece ao considerar o papel dos partidos políticos e de suas bancadas, especialmente no que se refere ao seu grau de institucionalização. No sistema democrático brasileiro – frequentemente caracterizado como uma “democracia tardia” – observa-se a fragilidade do enraizamento partidário na sociedade, o que compromete a mediação institucional entre representantes e representados. Tal fragilidade, associada a instabilidades econômicas e políticas recorrentes, contribui para uma maior oscilação dos resultados eleitorais, fenômeno conceituado por Zolnerkevic (2011) como volatilidade eleitoral.

Segundo Zolnerkevic (2011), em contextos de semi-democracias ou democracias tardias, os sistemas partidários tendem a apresentar baixo grau de institucionalização, uma vez que muitos partidos foram implantados de forma artificial, a partir de modelos exógenos, sem um desenvolvimento orgânico articulado à sociedade. Esse processo resulta em legendas com pouca identificação social, frequentemente constituídas de cima para baixo, das elites para as massas, o que enfraquece a identidade partidária e fortalece relações políticas de caráter

personalista. Como consequência direta, o voto passa a ser menos orientado por programas ou ideologias partidárias e mais condicionado à Tabela individual do candidato e à sua capacidade de mobilizar recursos, favores e presenças territoriais, elevando significativamente o grau de volatilidade do voto (Zolnerkevic, 2011).

A volatilidade eleitoral, nesse contexto, não deve ser compreendida apenas como instabilidade estatística nos resultados eleitorais, mas como expressão espacial de um sistema político no qual os vínculos institucionais são frágeis e as disputas territoriais se intensificam. Ela revela uma dinâmica na qual o território se converte em arena privilegiada de negociação política, clientelismo e distributivismo, reforçando a centralidade dos redutos eleitorais como base material da ação parlamentar. Assim, a Geografia do Voto oferece instrumentos analíticos fundamentais para compreender como essa volatilidade se territorializa, produzindo padrões espaciais específicos de votação e influência política.

Ao articular a noção de volatilidade eleitoral com as disputas territoriais e com o comportamento parlamentar, este estudo avança na compreensão das relações de poder que estruturam o sistema representativo no Tocantins. Ao invés de tratar a volatilidade como mero efeito colateral do sistema eleitoral, propõe-se analisá-la como categoria geográfica, intrinsecamente relacionada à produção do território político, às estratégias de controle espacial do voto e à reprodução das desigualdades de poder no interior da democracia brasileira.

OBJETIVO

Este artigo tem como objetivo analisar, no período compreendido entre 2002 e 2014, como se estruturam as disputas e influências territoriais na Geografia do Voto no estado do Tocantins, tomando como eixo analítico a senioridade eleitoral dos deputados estaduais. Busca-se compreender de que modo a acumulação de mandatos se articula à formação, consolidação e reconTabelação dos redutos eleitorais, bem como aos padrões de concentração e dispersão espacial do voto ao longo dos sucessivos pleitos.

A investigação sistematiza os resultados eleitorais por legislatura, organizando-os segundo o número de mandatos exercidos, e avalia os padrões territoriais de votação por meio do índice de Rae invertido¹, permitindo identificar o grau de capilaridade ou de

¹ O índice de Rae é um indicador originalmente proposto para medir a disproporcionalidade ou dispersão na distribuição de votos ou mandatos em um conjunto de competidores eleitorais. Tradicionalmente, o índice calcula a média das diferenças absolutas entre a participação observada de cada candidato ou partido e um valor esperado (por exemplo, proporcional ao total), oferecendo uma medida da distância entre a distribuição real e uma distribuição ideal ou uniforme. O seu valor aumenta conforme a votação se torna mais desigual ou concentrada em determinados atores. No contexto da geografia do voto, o índice de Rae invertido é aplicado de modo que valores maiores indiquem maior dispersão espacial dos votos, e valores menores

concentração das bases eleitorais no território estadual. Esses padrões são interpretados a partir da taxonomia de padrões espaciais proposta por Ames (2003) e Carvalho (2003), articulando o desempenho relativo dos candidatos nos municípios e a distribuição espacial desses desempenhos.

Parte-se da hipótese de que a senioridade eleitoral tende a produzir um movimento de expansão territorial das bases de votação, no qual os parlamentares, à medida que consolidam suas carreiras, deslocam-se de uma dependência inicial de redutos localizados para estratégias mais amplas de ocupação e disputa do território eleitoral. Por fim, os resultados empíricos são discutidos à luz do modelo teórico distributivista e da noção de conexão eleitoral, evidenciando como a atuação parlamentar orientada à reprodução do mandato opera simultaneamente na fidelização de redutos consolidados e na incorporação de novos territórios políticos.

MÉTODO

O presente estudo se ancora na matriz analítica da Escolha Racional, adotada como método de interpretação do comportamento parlamentar, em diálogo direto com a Geografia do Voto e com os estudos sobre conexão eleitoral. Parte-se do pressuposto de que os parlamentares orientam suas ações políticas de forma estratégica, buscando maximizar suas chances de reprodução do mandato, sobretudo por meio da consolidação e da expansão de suas bases eleitorais no território.

Nesse sentido, o método privilegia a leitura do processo eleitoral como fenômeno territorializado, no qual o voto não se distribui de maneira aleatória, mas responde a estratégias conscientes de ocupação, manutenção e disputa de espaços políticos. A análise dialoga diretamente com o modelo teórico distributivista, conforme formulado por Ames (2003) e aprofundado por Carvalho (2003), segundo o qual a atuação parlamentar se estrutura a partir da necessidade de atender redutos eleitorais específicos, seja por meio da alocação de recursos, da mediação política ou da presença institucionalizada nos territórios de votação.

A senioridade eleitoral é compreendida, nesse contexto, como uma variável analítica capaz de expressar o grau de permanência e consolidação do parlamentar no sistema representativo, sendo operacionalizada a partir do número de mandatos exercidos ao longo do período analisado. Tal variável é mobilizada como indicador da capacidade de reprodução do mandato, permitindo interpretar de que modo a acumulação de vitórias eleitorais se relaciona com a estabilidade, a expansão ou a reconTabelação territorial das bases de votação. Assim, a senioridade eleitoral deixa de ser um dado meramente temporal e passa a ser entendida como expressão de uma racionalidade política territorializada.

indiquem maior concentração territorial, permitindo assim identificar padrões de capilaridade ou de reduto eleitoral ao longo dos municípios estudados.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa possui caráter quantitativo-analítico, com forte componente de análise espacial do voto, aplicada ao conjunto das eleições para deputado estadual no Tocantins no período compreendido entre 2002 e 2014. Os dados eleitorais foram organizados por pleito e sistematizados segundo a variável senioridade eleitoral, classificando os parlamentares conforme o número de mandatos exercidos, o que possibilitou a análise comparativa entre diferentes estágios de consolidação política.

Para a mensuração dos padrões territoriais de votação, foi utilizado o índice de Rae invertido, empregado como instrumento de análise da concentração ou dispersão espacial dos votos obtidos por cada parlamentar nos municípios do estado. A aplicação do índice permite interpretar valores mais elevados como indicativos de maior dispersão territorial da votação, enquanto valores mais baixos apontam para maior concentração em redutos específicos, possibilitando uma leitura geográfica refinada das estratégias eleitorais.

A interpretação dos resultados foi realizada a partir da taxonomia de padrões espaciais desenvolvida por Ames (2003) e Carvalho (2003), que articula duas dimensões socioterritoriais centrais: o desempenho relativo do candidato nos municípios, entendido como dominância ou compartilhamento do voto, e a distribuição espacial desses desempenhos no território estadual, classificados como concentrados ou dispersos. Essa combinação analítica possibilita identificar distintos perfis de inserção territorial dos parlamentares e suas estratégias de manutenção e ampliação das bases eleitorais.

A análise comparativa entre legislaturas permitiu observar a dinâmica temporal dos padrões espaciais de votação, evidenciando deslocamentos, permanências e reconfigurações dos redutos eleitorais à medida que os parlamentares acumulam senioridade. Dessa forma, a metodologia adotada articula indicadores quantitativos e leitura geográfica do território, oferecendo suporte empírico consistente para a compreensão das disputas e influências territoriais que estruturam a Geografia do Voto no Tocantins.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho foi estruturado a partir do pressuposto central enunciado em seu título, orientando toda a coleta, sistematização e análise dos dados para a compreensão das disputas e influências territoriais nos processos eleitorais, no recorte temporal compreendido entre 2002 e 2014. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados não constituem uma mera descrição estatística dos pleitos, mas buscam evidenciar os padrões espaciais de votação e as estratégias territoriais mobilizadas pelos parlamentares eleitos ao longo das sucessivas legislaturas.

A base empírica da análise foi construída a partir dos dados oficiais disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), referentes aos resultados dos processos eleitorais e ao

desempenho dos candidatos eleitos nos pleitos considerados, complementados por informações institucionais da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, especialmente aquelas relacionadas às trajetórias e atuações parlamentares pertinentes aos objetivos do estudo. A articulação entre essas fontes possibilitou a leitura integrada entre comportamento eleitoral, desempenho territorial do voto e consolidação política dos parlamentares.

Cabe destacar um aspecto metodológico relevante para a interpretação dos resultados. O estudo não considera o total de votos válidos de cada processo eleitoral em sua integralidade, uma vez que os votos brancos e nulos não foram incorporados à análise. As porcentagens apresentadas referem-se exclusivamente ao conjunto de votos obtidos pelos deputados eleitos, entendidos como parcela representativa do universo de candidatos que efetivamente lograram êxito eleitoral em cada pleito. Em razão desse procedimento, os percentuais analisados não correspondem necessariamente a 100% dos votos válidos do estado, podendo, em determinados casos, representar menos da metade desse total.

Essa opção metodológica se justifica pela centralidade atribuída à variável de senioridade eleitoral, que orienta a leitura dos dados ao privilegiar a análise dos parlamentares que conseguiram transformar o voto em mandato e, posteriormente, em permanência política. Assim, a interpretação dos resultados deve ser compreendida à luz desse recorte analítico, no qual o foco recai sobre a dinâmica territorial da reprodução do mandato, e não sobre o comportamento eleitoral do conjunto indistinto do eleitorado.

Podemos em primeiro lugar, construir a partir dos dados, as análises dos índices elaborados por Ames (2003) e Carvalho (2003) que condicionam a espacialidade das disputas territoriais e suas influências de poder ao padrão de votação que estão descritos em quatro tipos norteados por duas grandes dimensões.

A primeira dimensão estabelece a compreensão de dualidade entre dominância e dispersão e é medida pela proporção de votos que um candidato tem dentro de cada município ou zona eleitoral. Dessa maneira um parlamentar ou candidato tem perfil dominante se, em determinadas zonas eleitorais, ele obtém a maioria dos votos, tendo assim outros parlamentares ou candidatos maiores dificuldades para disputarem ou influenciarem esses territórios.

Oposto a isso e dentro da primeira dimensão se tem o perfil compartilhado, em que os parlamentares ou candidatos se elegem sem ser dominante em nenhuma área, compreendendo assim comumente um perfil territorial populoso ou então quando existem muitos candidatos em disputa no mesmo território. O sistema eleitoral brasileiro, proporcional e de lista aberta é permissivo a esse tipo de disputa, onde muitos candidatos ou parlamentos ocupam os cargos no legislativo, e isso acirra a disputa, o que torna mais difícil a dominância, sobretudo nas grandes cidades, que atraem um cuidado mais meticuloso à disputa eleitoral.

A segunda dimensão construída por Ames (2003) e Carvalho (2003) estabelece a relação dual entre concentração-dispersão, que procura

identificar a disputa territorial em um município ou zona eleitoral de maneira contígua, com ou mesmo padrão de votação concentrado. Concentrados, com localidades vizinhas ou próximas ou dispersos geograficamente. Sendo que, se os votos estiverem diluídos por todas as zonas eleitorais o padrão é disperso.

Dessa maneira é apresentada uma tipologia territorial que estabelece uma compreensão das estratégias que este utiliza ao longo de seu mandato. Assim essas tipologias são caracterizadas em quatro modelos de votação possíveis: concentrada/dominante, concentrada/não dominante, dispersa/dominante e dispersa/ não dominante.

Podemos considerar que essas tipologias constituem a taxonomia para analisarmos o comportamento dos parlamentares em relação aos seus redutos eleitorais e uma proposição de construção da geografia eleitoral pela qual poderemos entender o comportamento político dos mesmos no território Tocantinense.

Segundo Ames (2003) os padrões espaciais estaduais são resultantes das duas dimensões, ambas baseadas no desempenho municipal do candidato como explica o mesmo:

Entende-se por dominância municipal de um candidato a percentagem que lhe coube do total de votos para membros de todos os partidos. Essa dominância do candidato no âmbito municipal. Suponhamos agora usar V para calcular D_i , a dominância média de cada candidato em cada território no âmbito municipal. Suponhamos agora usar V_{ix} para calcular D_i , a dominância média de cada candidato em todos os municípios do estado, ponderada pela percentagem da totalidade dos votos do candidato para a qual cada município contribui. Os candidatos com médias ponderadas mais altas tendem a dominar seus municípios mais importantes ou principais, os que têm médias ponderadas mais baixas compartilham os votos desses municípios principais com outros candidatos. Assim, dominância e compartilhamento formam a primeira dimensão do apoio eleitoral espacial.

A segunda dimensão também começa com V_{ix} , a percentagem que coube ao candidato i da totalidade dos votos dados em cada município, mas essa dimensão utiliza uma medida estatística denominada Moran I, que calcula a distribuição espacial dos municípios em que o candidato tem bom desempenho. Esses municípios podem estar concentrados, como localidades vizinhas ou próximas ou dispersos geograficamente. Combinando as duas dimensões obtêm-se quatro padrões espaciais que são apresentados no quadro a seguir (Ames, 2003, p 65.).

Quadro 01 – Taxonomia de distribuição espacial de Ames.

Padrões estaduais de distribuição espacial % do total de votos em municípios principais			
Forma	Padrão	Baixa	Alta
Distribuição espacial de	Dispersa	Dispersa-compartilhada	Dispersa-dominante

municípios principais	Contígua	Concentrada-compartilhada	Concentrada-dominante
-----------------------	----------	---------------------------	-----------------------

Fonte: Ames, 2003, p 65.

Esse padrão taxonômico pode ser mais bem detalhado a partir da leitura de outros elementos que compõe uma apurada descrição de características do parlamentar e de sua dominância, assim, construímos essa taxonomia com as seguintes características e dominância do parlamentar:

Quadro 02 – Taxonomia de padrões territoriais de voto.

Dispersão dos Municípios	Organização Territorial	Características do Parlamentar	Dominância do Parlamentar
Concentrado dominante	Vários Municípios próximos geograficamente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Carreira Política iniciada em cargos locais. 2. Fez acordos com caciques locais, 3. Pertence a uma família importante da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maiores incentivos de recursos, • Emendas distributivas ao Orçamento • Relação Clientelista e de empreguismo com o eleitor.
Concentrado compartilhado	Geralmente em Grandes centros, como nas capitais, Municípios Contíguos e populosos,	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não é apenas um Legislador que representa. 2. Geralmente é de voto classista 3. Discurso de bandeiras políticas fortes, especialmente ligado a lutas sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos são de cunho geral. • Emendas focadas no contexto da luta política • Não existe uma relação clientelista
Disperso dominante	Os votos são espalhados por todo o território estadual	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não é apenas um tipo de Legislador que representa. 2. São os que ocuparam cargos que se vinculam as características clientelistas. 3. Fazem acordos com líderes políticos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Emendas com características diversas. • Todavia são de cunho clientelista.
Disperso compartilhado	Enquadram-se centros urbanos ou pequenas faixas territoriais com numerosos municípios.	<ol style="list-style-type: none"> 1. São numericamente pouco expressivos, 2. Associados a nichos ideológicos de pouca expressividade nacional. 3. Discursos estereotipados para abarcar os votos certos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas clientelistas, • Fazem acordos com lideranças locais, • Tem um discurso ideológico forte para parcela do eleitorado.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos conceitos de Ames (2003) e Carvalho (2003).

Nessa variável pôr senioridade a compreensão de que o número de mandatos constitui elemento importante para o entendimento do perfil de votação e de formação de redutos eleitorais expressivos se dão no entendimento de que, ao passo que um parlamentar acumula mandatos ele tende a ampliar cada vez mais suas bases de votação em razão de capitanear mais votos em outros territórios que não seja o seu primeiro reduto, pois ele busca ampliar suas relações com outras lideranças políticas locais, caso muito bem explicitado por Ames (2003):

O que se poderia esperar dos políticos locais que já exercem mandato parlamentar? Dada à raridade de desafios diretos em seus distritos, o que os políticos locais mais temem é a diminuição do voto agregado do partido. Se a queda for suficientemente grande, repetir a colocação anterior na lista do partido não lhes vai assegurar a vaga. Por isso eles têm de sair em busca de outros eleitores, seja nos redutos dos companheiros de partido, seja nos distritos dominados por parlamentares de outras agremiações. Considerando a fragilidade da identificação partidária no Brasil, os deputados não têm dificuldades para atrair eleitores de outros partidos. Como o sistema de representação proporcional premia os partidos que recebem muitos votos com um número adicional de vagas, os líderes desestimulam as tentativas de conquistar eleitores nas bases de seus aliados dentro do partido. Em suma, os candidatos têm de caçar votos em território inimigo. E como os municípios compartilhados são mais vulneráveis do que os dominados, a possibilidade tanto da dominância quanto da concentração diminui para os candidatos locais (Ames, 2003, p. 112).

Outros fatores também podem determinar situações que favoreçam a senioridade como uma maior exposição à mídia, a possibilidade de manter acordos políticos como as lideranças regionais, domínio das informações e capacidade de negociação para poder destinar recursos e benefícios para diferentes municípios em diferentes regiões do estado, o maior poder de influência e prestígio dentro do partido e na utilização de sua estrutura durante as campanhas eleitorais, estariam a favorecer a ampliação de suas bases de votação desses deputados mais experientes, fragmentando seus votos cada vez mais em cada processo eleitoral estudado por nós. Vejamos então como ficaram os dados refinados por nós no Quadro 03.

Quadro 03 - Índice de concentração por período, segundo a senioridade eleitoral.

Períodos eleitorais	2002	2006	2010	2014	Média
Número de mandatos					
1	0,70	0,39	0,086	0,69	0,46
2	0,97	1,32	0,96	0,46	0,92
3 ou 4	3,62	2,09	2,64	1,27	3,15

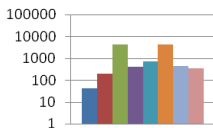
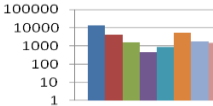
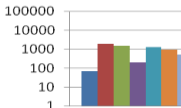
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da metodologia do índice Rae invertido.

É significativa a distinção de valores quando à senioridade é o elemento que determina o padrão de concentração entre os deputados eleitos no Estado do Tocantins no recorte temporal estudado por nós.

Ocorre exatamente o que levantamos como hipótese, a desconcentração dos votos é expressiva a cada processo eleitoral, podendo ser observado em cada processo eleitoral e em cada pleito que o parlamentar é reeleito. A Tabela 02 determina que do primeiro mandato, no qual os índices de concentração chegam próximos de 1, e que conforme o índice de Rae invertido, isso demonstra uma elevada concentração de votos em determinados territórios, os índices vão saltando a cada processo eleitoral para uma desconcentração muito acentuada sendo que a média de concentração dos deputados nos quatro períodos eleitorais estudados no primeiro mandato é de 0,46, já no segundo mandato ele dobra na média e já para os mandatos de 3 e 4 somados conjuntamente ele triplica com uma média de 3,15, mostrando que a proposição deduzida estava correta. A desconcentração de votos é sim um exercício comum entre os deputados que podemos assim dizer (ver Tabela 05 Deputados com três ou quatro mandatos)²- aprenderam o exercício das práticas políticas que se caracterizam como sendo distributivista e que acabam por dar a dinâmica de abertura de novos redutos eleitorais a eles.

Podemos notar que os índices médios dos parlamentares que obtiveram apenas um mandato (ver Quadro 04: Deputados com único mandato) tem seus índices de concentração elevados e com poucas variações, exceto no período eleitoral de 2010, que mais uma vez afirmamos que são resultados da prática de uso da máquina pública e dos recursos advindos do governo federal pelos deputados que tem suas origens no perfil do Político do executivo Municipal/Estadual/federal, conforme o Quadro 05 (Deputados com dois mandatos) e que acabam por inicialmente representar associadamente esse padrão de votação.

Quadro 04 - Padrão de votação dos deputados: variável por senioridade 2002/2006/2010 e 2014 (deputados com único mandato).

	2002	2006	2010	2014
Eduardo Machado				
Eduardo Siqueira Campos				
Freire Júnior				

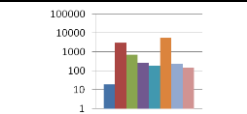
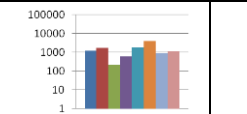
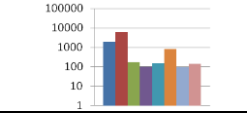
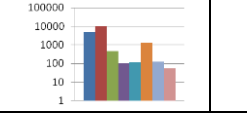
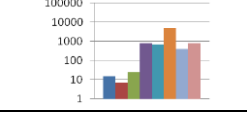
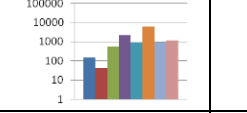
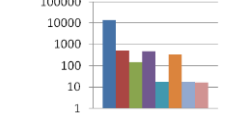
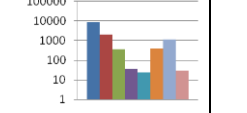
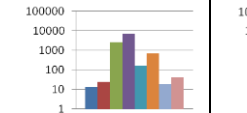
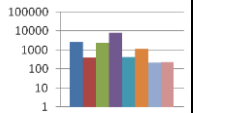
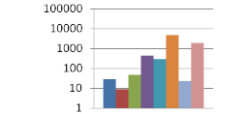
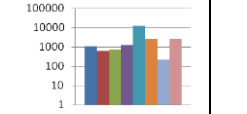
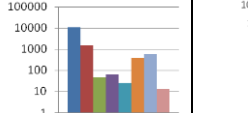
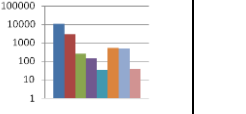
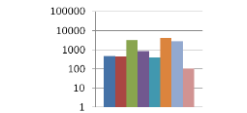
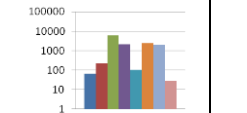
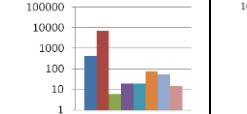
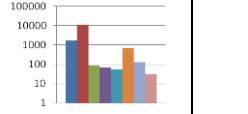
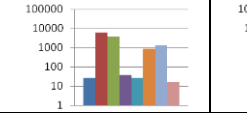
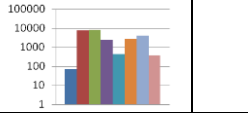
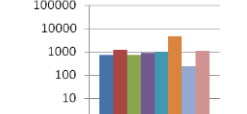
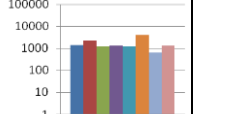
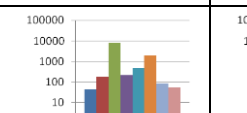
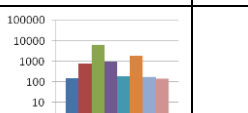
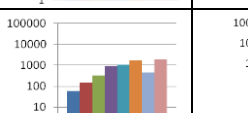
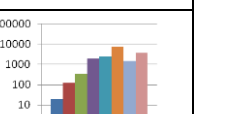
² Não conseguimos fechar todas as informações de senioridade dentro do mapa, em função de que o programa utilizado não consegue associar todos os dados pertinentes a variável, assim a tabela com todos os dados e índices que possibilitam um estudo mais claro da senioridade por período eleitoral foi mais condizente.

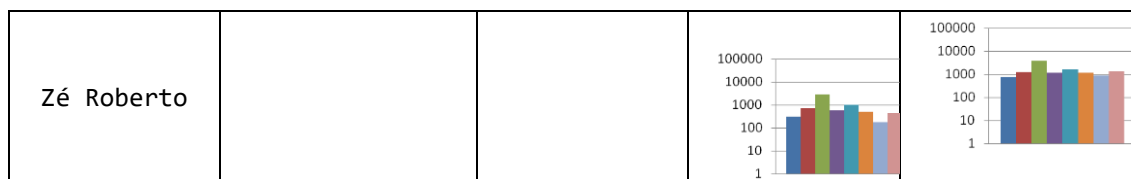
João Oliveira				
José Viana				
Jorge Frederico				
Júnior Evangelista				
Laurez Moreira				
Palmeri Bezerra				
Paulo Roberto				
Paulo Sidney				
Paulo Mourão				
Valuar Barros				

Fonte: elaborada pelo autor, a partir da metodologia do índice Rae invertido.

Quadro 05 - Padrão de votação dos deputados: variável por senioridade 2002/2006/2010 e 2014 (Deputados com dois mandatos).

	2002	2006	2010	2014
Angelo Agnolin				
Amália Santana				
Cacildo Vasconcelos				

Carlos Gaguim				
César Halum				
Fábio Martins				
Fabion Gomes				
José Geraldo				
Jose Nunes				
José Bonifácio				
Júnior Coimbra				
Raimundo Palito				
Sandoval Cardoso				
Sargento Aragão				
Stalin Bucar				
Toinho Andrade				

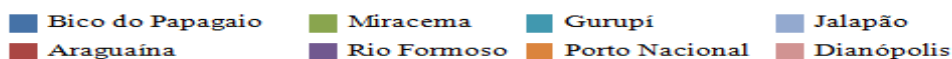


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da metodologia do índice Rae invertido.

Quadro 06 - Padrão de votação dos deputados: variável por senioridade 2002/2006/2010 e 2014 (Deputados com três ou quatro mandatos).



MICRORREGIÕES



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da metodologia do índice Rae invertido.

A diferença entre os dois primeiros grupos e o último grupo é extremamente acentuada devido esse grupo usar dos benefícios oriundos do poder de barganha e força política que eles enquanto deputados têm ao longo de seus pleitos. Essa dominância deixa de existir à medida que aumenta o número de mandatos do deputado. Visto pelo modelo distributivista esta situação é um tanto instigante, já que ela deveria ser sinônimo de concentração de votos e não de desconcentração. Em tese, era de se esperar que o deputado mantivesse seus redutos ou até mesmo ampliasse sua dominância nos seus territórios à medida que os períodos eleitorais se acumulassem, analisando pelo que, hipoteticamente foi levantado poderíamos concluir que: o parlamentar ao se eleger com número de votos significativos em seus redutos eleitorais construiria uma relação de dependência mútua com esse reduto e de busca por benefícios às cidades correspondentes aos mesmos, muito comum a prática do pork-barrel e casework, que é muito utilizada no modelo distributivista.

Outra situação muito nítida é que no exercício do mandato, o deputado direcionaria seus esforços para transferir recursos e benefícios do poder executivo a esses redutos, como forma de recompensar

os seus eleitores daquele reduto pelos votos nas eleições passadas e, principalmente, garanti-los no próximo processo eleitoral. Do mesmo modo os parlamentares lutam ou esperam que outros novos eleitores possam votar nele na próxima eleição, caso já estudado por nós em outro estudo, por período eleitoral do Deputado Eduardo do Dertins, que aliás é o mais senil de todos os deputados hoje na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. Eduardo do Dertins sabiamente conseguiu estabelecer uma relação de muita proximidade com suas bases eleitorais e amplificou a mesma ao longo de sua carreira política e mantendo um equilíbrio de votos com uma média de 2,35; isso mostra que ele obteve capilaridade em outros municípios que não o elegeram no seu primeiro mandato, podendo ser observado nas Tabelas (3, 4 e 5) pelos períodos eleitorais em que vemos que ele conquista votos por todo o Estado do Tocantins a cada processo eleitoral, ele é de longe o parlamentar mais situado nessa prática eleitoral distributivista por senioridade.

Há de salientar que o que sugere os dados, são práticas distributivista não só nos redutos eleitorais já dominados, mas sim em novos redutos, pois não existe recompensa direta com a transferência de recursos pelos votos dados ao parlamentar em seus redutos iniciais, condizente a isso, o parlamentar acaba então por optar na sua atuação distributivista de fazer transferências de recursos e benefícios de emendas para aqueles, adotando uma estratégia de maior distribuição dos recursos aos quais tem acesso. O resultado, com isso, será a diminuição, pela senioridade de sua dominância em seu primeiro reduto eleitoral, não porque o distributivismo não está sendo utilizado ou produzindo resultados esperados, mas sim por que ao passo que ele distribuiu seus recursos em mais lugares, ou seja, amplia seu território de disputa eleitoral, ele está sendo recompensado eleitoralmente. Compreendemos assim, que o distributivismo, neste caso, não estaria diminuindo porque o deputado não está transferindo recursos exclusivamente para suas bases eleitorais já estabelecidas e organizadas, mas sim, utilizando seus recursos para ampliar as mesmas, conquistando novos eleitores e novos territórios por disputas eleitorais, onde possivelmente ele nem existia ou tinha pouca significância eleitoral.

Ames (2003, pg 235) diz que *“esse comportamento é paroquialista e seu sentido é de transferência de recursos para recompensar os redutos eleitorais pelos votos da última eleição”*. Mas o que notamos em função dos dados analisados é que isso não é tão claro assim, pois o que vem acontecendo é que o comportamento distributivista passa a ser um instrumento de conquista de novos eleitores em novos territórios, dessa maneira os deputados tendem a buscar novas bases eleitorais como forma de assegurar sua reeleição, buscando conquistar eleitores em regiões que até então nunca tinham competido e que são novas em relação àquelas que sempre asseguraram sua cadeira na assembleia legislativa.

Isso tudo ocorre por intermédio dos elementos que compõem o processo de projeção do parlamentar, através do exercício de seu mandato e por meio da destinação das emendas orçamentárias que são moeda importantes para o parlamentar na eleição.

Salientamos independentemente disso, que não apenas a partir desses dados que os parlamentares não constroem outras ou novas práticas

que possam permear a prática distributivista, nem que a noção de conexão, fortalecimento ou criação de redutos eleitorais não seja possível dentro do comportamento legislativo. A análise dos dados demonstra que a necessidade de se relativizar a força do distributivismo dos parlamentares que se faz forte junto às bases eleitorais como um instrumento de manutenção do poder do parlamentar para angariar votos junto a suas bases eleitorais é de suma importância, pois só assim poderemos entender as nuances que cercam as disputas territoriais que nascem a cada processo eleitoral e que se manifestam nos resultados de votação dos parlamentares.

A princípio podemos novamente construir uma hipótese que pode ser elemento de uma nova pesquisa e que possivelmente poderá nos levar a um estudo mais profundo em outra etapa de estudo acadêmico, que é a de que esses dados são possivelmente instigantes na compreensão de que os deputados, na verdade, não estão ampliando ou mantendo suas bases, pois a política distributivista não é tão coerente para o padrão de votação de senioridade, mas o que se projeta é uma diversificação de suas bases eleitorais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A senioridade, variável importante em nosso estudo, esclarece contundentemente as práticas políticas perpetuadas em cada processo eleitoral, podendo perceber a seguinte condição: se entre os deputados eleitos pela primeira vez são mais comuns as votações concentradas, dominantes ou compartilhados, segundo a taxonomia elaborada por Ames (2003) e Carvalho (2003) e reestruturada por nós, já a partir do segundo pleito eleitoral as votações tendem a se espalhar geograficamente pelo estado, ao passo que diminui o recaimento da dominância de votos. Em sua primeira eleição os parlamentares demonstram ter profunda dependência de seus redutos eleitorais associados a suas origens políticas, variável também já estudada por nós, as quais contribuem com a maior parte do montante de votos que carrilam no período eleitoral que conseguem se eleger pela primeira vez. Porém sua experiência, à medida que acumula mandatos, ou seja, se torna senil no parlamento, lhe permite expandir suas bases de votos, conquistando eleitores em outras microrregiões conforme analisado na variável explicitada, dispersando dessa maneira o número de votos e resultando no que já havíamos dito com hipótese, que é a dispersão dos votos em sua dominância, mais comum na primeira eleição.

Essa situação acaba por permitir ao parlamentar, através da senioridade a experiência de expandir seus votos e redutos eleitorais, sendo que por outro lado percebe-se estratégias de expansão das bases eleitorais, dispensando seus votos iniciais naqueles redutos que se constituíram com germes de sua carreira política e dispersando seus votos por novos redutos eleitorais, que na prática acabam por ficar mais baratos eleitoralmente, pois esses não precisam de uma retroalimentação política ou financeira através de recursos oriundos de orçamento ou emendas parlamentares, além de que os mesmos não geram desgastes políticos, já que são novos e que não sabem ainda de todas as artimanhas e práticas políticas desse velho político.

Em um estudo avante sobre senioridade, já com maiores informações processadas pela Assembleia legislativa do Tocantins poderemos analisar se as emendas parlamentares fazem de nossas conclusões preliminares uma ferramenta importante para a ampliação dos votos e de estratégia de ampliação deles para a senioridade do parlamentar. Pois ao medirmos a coerência entre a origem dos votos dos deputados nas microrregiões em que os mesmos obtiveram seus votos e a distribuição dos recursos através de suas emendas orçamentárias nos únicos dois documentos expostos pela assembleia legislativa de forma pública, percebemos que os deputados como forma de recompensar seus votos as fazem justamente em seus redutos nos primeiros dois anos de pleito legislativo, depois acabam por carrilar seus recursos e emendas para novos redutos que em um segundo mandato passam a ser os municípios que ampliaram a base de votos dos parlamentares reeleitos para seus sucessivos pleitos a diante.

De certo modo, percebemos que os parlamentares, por sua experiência acabam por compreender o quão é necessário lutar por mais recursos para novos municípios, pois isso serve mais para conquistar novos eleitores e seus votos, do que para manter antigos redutos eleitorais. Por isso, embora apresentem emendas que priorizam os municípios onde estão seus maiores redutos eleitorais, na prática acabam por utilizar seus recursos e orçamentos já no final de seus mandatos eleitorais para um novo, ou novos territórios eleitorais, mostrando assim como as influências e disputas eleitorais são condizentes com os processos eleitorais a cada período estudado em nosso recorte temporal.

Essa prática, analisada em cruzamentos das variáveis de perfil ideológico e senioridade pode ser significativamente generalizada, pois é indistinta do perfil ideológico, se caracterizando tanto para os deputados de todas as matizes: direita, centro e esquerda, mostrando que independe de sua situação em relação ao governo, seja ele estadual ou federal, as emendas parlamentares e a aprovação da lei orçamentária favorecendo seus pleitos são ferramentas de manutenção de votos e ampliação dos mesmos, assim os parlamentares independentemente dos municípios que eles colocam recursos, eles acabam por se fazerem livres e flutuarem em novos territórios para a busca de mais votos, caso muito expressivo para o Deputado Eduardo do Dertins em nosso estudo (Ver Tabelas 3,4 e 5), o qual foi eleito por cinco mandatos, levando em consideração o último pleito de 2018, que não está em nosso recorte temporal, portanto não fazendo parte de nossas análises, todavia é Tabela de atenção, pois o referido deputado é hoje o mais antigo deputado do Estado do Tocantins, resultado óbvio de suas práticas políticas eleitorais, muito bem aplicadas em todos os seus redutos eleitorais, mantendo um equilíbrio de números de votos substanciais para sua perpetuação como parlamentar.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. A. (1987) **Place and Politics: The Geographical Mediation of State and Society**. Boston, MA: Allen e Unwin.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**, tradução de Vera Pereira – Rio de JANEIRO, FGV, 2003.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases**. Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil, Rio de Janeiro, Revan, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia: Conceitos e temas**, Org. Editora União de Editores, Rj.2000.

CASTRO, Iná Elias de, RODRIGUES, Juliana Nunes, RIBEIRO, Rafael Winter. **Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. Bertrand Brasil, Faperj, Rio de Janeiro, 2013.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**, Ed. Edusp, 2012.

DOS SANTOS, Diego A. **“Geografia do Voto”**: Breves apontamentos – 1º Seminário Internacional de Ciências Política. Tema: Estado e Democracia em mudança no século XXI. UFRGS, Porto Alegre, setembro 2015.

FLEISCHER, David V. Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais – 1966/1974. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº 4, 1976.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil** - 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEMONS, Leany Barreiro de S. **O congresso brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: V 44, n3, p 561-630, 2001.

LIMONGI, Fernando. **O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente**. BIB-Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, v. 37, p. 3-38, 1994.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Angelina. **Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994**. Dados, v. 38, n. 3, p. 497-524, 1995.

MAGDALENO, Fabiano Soares. Lei e território em democracias político-representativas. CASTRO, IE et al. **Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

NEVES, Adriano Craveiro. **Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí**. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Piauí.

PEDERSEN, Mogens. Electoral volatility in Western Europe: 1948-1977. **The West European Party System**, v. 195, p. 207, 1990. Em Mair, Peter (org.). **The West European Party System**. Oxford, Oxford University Press. Anotações traduzidas.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática, Rio de Janeiro, 1993.

RATZEL, Friedrich. **Geografia dell'uomo (Anthropogeographie)**. Turim, Fratelli Bocca, 1914.

RIBEIRO, Paulo Sérgio dos Santos; SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **Padrões Geográficos de Competição Eleitoral no Estado do Pará**. Disponível em: <http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT4-571-460-20100831215053.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

RODRIGUES, Jean Carlos; DOS SANTOS, Robson Francisco Barros; ALVES, Cássio Fonseca. A geografia eleitoral do estado do Tocantins: análise das eleições para governador de 1988 a 2010. **GeoTextos**, v. 10, n. 2, 2014.

SANTOS, Fabiano; Almeida, Acir. Teoria informacional de relatores na Câmara dos Deputados. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 693-735, dezembro de 2005.

SAUGO, Josiana Fátima. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994- 2006**. 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TERRON, Sonia. Geografia Eleitoral em Foco. **Revista Em Debate**, Belo Horizonte, V4, n.2, pgs.8-18, maio 2012.

ZOLNERKEVIC, Aleksei. **Geografia eleitoral: volatilidade e tendências nas eleições presidenciais de 1989 a 2006**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Contato do autor:

autor: Witer Naves

e-mail: witergeo@gmail.com

Manuscrito aprovado para publicação em: 03/07/2025.